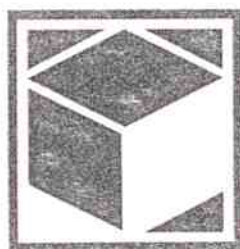


CAIXA

RELATÓRIO E CONTAS 2000



CAIXA

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS 2000-2003	3
DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL	4
CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
PRINCIPAIS INDICADORES	8
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	9
3.0. Enquadramento das Actividades	
3.0. Orientações Estratégicas	
3.0. Principais aspectos institucionais	
2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE	15
3. ACTIVIDADE BANCÁRIA	17
3.0. Depósitos e Conta-Títulos	
3.0. Aplicações Creditícias	
3.0. Aplicações Financeiras	
3. GESTÃO DOS MEIOS	23
3.0. Recursos Humanos	
3.0. Recursos Tecnológicos	
3.0. Organização e Estrutura	
5. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	27
6. ACTIVIDADES DIVERSAS	28
7. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE	29
3.0. Resultados	
3.0. Custos Administrativos	
3.0. Amortizações e Provisões	
3.0. Ganhos e Perdas Extraordinários	
3.0. Recursos Próprios e Rácios Prudenciais	
3.0. Rendibilidade e Eficiência	
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	33
9. NOTAS FINAIS	34
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	40
RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	41

ÓRGÃOS SOCIAIS 2000-2003

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. António de Seixas da Costa Leal (CEMG)
Vice-Presidente	Dra. Maria Deolinda Delgado Monteiro Fonseca (INPS)
Primeiro Secretário	Dra. Valentina Almeida Gomes Monteiro (INPS) ¹
Segundo Secretário	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro (CEMG)

Conselho de Administração

Presidente	Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira (CEMG)
Vice-Presidente	Dr. Corsino António Fortes (<i>Ímpar</i>)
Administrador	Dra. Elisabeth Maria F. Carvalho Silva (CCV)
Administrador	Dr. Marcelino Fonseca Coelho Monteiro (INPS)
Administrador	Dr. António Carlos Moreira Semedo (INPS)
Administrador	Dr. José Alberto Pereira Pitacas (CEMG)
Administrador	Dra. Adalgisa Barbosa Vaz (Estado) ²

Conselho Fiscal

Presidente	Dra. Eunice da Graça da Luz (CCV)
Vice-Presidente	Dr. Albertino Xisto Almeida (<i>Ímpar</i>)
Vogal	Dr. Daniel do Rosário dos Santos (INPS)

¹ A nível dos órgãos sociais, regista-se a mudança da primeira secretária da Mesa da Assembleia Geral, tendo o INPS designado a Dra. Valentina Almeida Gomes Monteiro, em substituição da Dra. Evelina Barreto dos Santos.

² Com mandato suspenso por 1 ano, a contar de 18 de Setembro de 2000. Em virtude da suspensão de funções da Dra. Adalgisa Barbosa Vaz, a partir de Setembro de 2000, a Comissão Executiva da CECV passou a ser composta por Dr. José Alberto Pereira Pitacas, que preside, Dr. António Carlos Moreira Semedo e Dr. Marcelino Fonseca Coelho Monteiro, tendo este último Administrador passado da situação de não executivo a executivo.

CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos

No início de um novo ano, de um novo século e de um novo milénio, dirigimo-nos a V. Exas. para informar acerca da actividade desenvolvida pela Caixa Económica de Cabo Verde durante o ano de 2000, o primeiro ano completo de um novo Conselho de Administração, com uma nova estratégia de gestão, à frente dos seus destinos.

Seguimos, como linha de rumo, as orientações estratégicas e as prioridades definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento da CECV, para o período de 2000-2004, aprovado pelo Conselho de Administração em Maio de 2000. Um plano ambicioso e exigente, que vai permitir melhorar o posicionamento da CECV no mercado bancário, torná-la mais forte e com maior qualidade, ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social de Cabo Verde e dos cabo-verdianos, residentes ou espalhados pela diáspora, procurando dar plena satisfação aos nossos Clientes e Amigos, oferecendo-lhes condições concorrenciais, em termos de preços, em tratamento personalizado e humanizado e em termos de qualidade.

Entretanto, prevalecemo-nos desta oportunidade para sumariar, de forma breve, os desafios que defrontamos e as mudanças ocorridas no enquadramento legal, económico e financeiro em que nos inserimos.

O exercício de 2000 decorreu num contexto de uma nova estrutura e de um novo quadro de funcionamento do sistema financeiro de Cabo Verde.

Ao nível da estrutura, saliente-se a última fase do processo de privatização da duas principais instituições de crédito, entre as quais a CECV, que correu com grande sucesso, permitindo o alargamento das respectivas bases accionistas.

Por outro lado, o sistema financeiro funcionou, durante o ano transacto, num quadro marcado pela ausência de limites de crédito, que gerou um forte acréscimo do crédito concedido, e por uma grande actividade do Banco Central, com a criação de instrumentos de gestão da liquidez bancária de curto prazo e a publicação de diversas normas relativas a operações bancárias e ao mercado de capitais.

Sublinhe-se o início da utilização pelo público dos novos meios e sistemas de pagamentos da *Rede Vinti4*, com grande aceitação e crescente influência.

Foi neste contexto que a Caixa Económica de Cabo Verde deu, em 2000, alguns passos de importância fundamental para o seu desenvolvimento futuro.

Ao nível da actividade, registre-se a expansão do Crédito, sobretudo a empresas e particulares e, ao nível destes, à habitação, a par de um grande crescimento dos Depósitos, com destaque para os Depósitos de Emigrantes, que quase duplicaram, face a 1999.

Tal desempenho possibilitou um importante aumento das quotas de mercado da CECV, acima de 19,6%, para os depósitos e de 21,3%, para o crédito, definidos como objectivos para 2000, aproximando-se, no caso do crédito, da meta definida para 2004, último ano do Plano Estratégico (31,0%).

Neste contexto de desenvolvimento, deve-se salientar o reforço da cooperação entre a CECV e os seus accionistas estratégicos, nomeadamente o Montepio Geral, a Ímpar e os Correios de Cabo Verde, com quem se celebraram protocolos de colaboração.

Findo o primeiro ano da nova gestão e na continuidade da sua tradição, a CECV é hoje, na economia e na sociedade cabo-verdianas, um exemplo de dinamismo e de inovação, desenvolvendo uma cultura orientada para o cliente e para a qualidade total, proclamando um espírito de modernidade, aberto aos novos tempos e reafirmando uma decidida vontade de fazer, cada dia, mais e melhor, para ser mais útil aos homens e mulheres de Cabo Verde.

O Conselho de Administração quer expressar uma nota de louvor a todos quantos, de forma empenhada e profissional, contribuíram para valorizar a Instituição, nomeadamente os seus Trabalhadores.

Desejamos, também, manifestar o nosso reconhecimento e agradecimento às Autoridades Monetárias e outras entidades nacionais ou estrangeiras, pela sua colaboração e compreensão.

Uma última palavra, para os Accionistas e Clientes, de agradecimento pela sua escolha e confiança, que muito nos estimulam, neste caminho de modernização e desenvolvimento da Caixa Económica de Cabo Verde.

Praia, Março de 2001

O Conselho de Administração

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

No cumprimento dos preceitos estatutários, vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral o Relatório e as Contas da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), referentes ao Exercício de 2000.

1.1. ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES

O ano de 2000 ficou marcado por um elevado crescimento da economia cabo-verdiana, a par de uma acentuada redução da taxa de inflação. Com efeito, segundo estimativas do Banco de Cabo Verde (BCV), o PIB cresceu 8,4%, em resultado de um contexto macro-económico nacional de crescente liberalização e modernização do tecido económico e duma conjuntura internacional numa fase de expansão económica e baixa inflação.

Para o dinamismo da economia cabo-verdiana contribuiu o forte crescimento da procura interna, liderada pelo consumo público e pelo investimento, sobretudo público, bem como pelas exportações de bens e serviços.

O consumo privado teve também um ritmo de expansão elevado, alimentado, sobretudo, pelas importações, devido ao acesso mais fácil às divisas e ao crédito.

O ano de 2000 ficou, também, marcado por uma acentuada redução da taxa de inflação, para valores negativos (deflação), em virtude dos efeitos do ano agrícola excepcional de 1999-2000 e da manutenção dos preços dos combustíveis, apesar do seu aumento a nível mundial.

Indicadores da Economia de Cabo Verde

Designação	1998	1999	2000
PIB (tva)	5,9	8,0	8,4
Desemprego (taxa)	26,0	25,4	20,9
Inflação (tva do IPC)	4,4	4,4	-0,8
Balança Corrente (% PIB)	-10,7	-12,6	-6,9
Saldo Orçamental Global (% PIB)	-4,0	-7,4	-8,4

Fonte: Banco de Cabo Verde

O mercado de trabalho, em 2000, reflectiu-se a evolução da economia, verificando-se uma redução da taxa de desemprego para cerca de 20%.

Segundo estudos do BCV, a balança corrente deverá registar um défice de 6,9% do PIB, inferior ao défice de 12,6% registado em 1999, e a conta do Estado deverá alcançar um défice de 8,4% do PIB, depois de considerados os donativos. Saliente-se que estes valores foram atingidos num contexto de redução da ajuda externa, mas de entradas substanciais de capitais para o *Trust Fund*, associados ao processo das privatizações.

A evolução económica futura impõe a redução de ambos os défices, o que pressupõe a continuação do forte crescimento das exportações de bens e serviços, a contenção da despesa pública e a manutenção das condições de estabilidade macro-económica, factor importante para a atracção de investimento directo estrangeiro e das remessas de emigrantes.

Como consequência desse acréscimo de procura de liquidez, o BCV criou, no início de 2001, as facilidades permanentes de absorção e de cedência de liquidez, para ajustamento de desequilíbrios temporários de tesouraria, pelos prazos de *overnight* e de uma semana (só para cedência), com as taxas de 3,5% e 9,5%, respectivamente.

As taxas de juro de curto prazo de cedência e de absorção de fundos utilizam-se para regular o mercado primário de liquidez, que deverá servir para cumprir o objectivo de reservas externas estipulado pelo BCV, necessário para o prosseguimento da estabilidade cambial. Por outro lado, o banco central manteve a taxa de redesconto em 8,5%.

O ano de 2000 ficou, ainda, marcado, a nível do sistema bancário, pelo reforço e revitalização da concorrência entre as quatro Instituições bancárias que operam no mercado e que resultaram do programa de modernização do Sistema Financeiro iniciado em 1991 e das privatizações operadas em 1999.

Deste acréscimo de concorrência resultou uma acentuada pressão sobre as taxas de juros das operações bancárias, por parte de alguns segmentos de clientes, com vista a uma descida das taxas de juro das operações activas e ao aumento das taxas das operações passivas.

Apesar disso, verificou-se uma ligeira tendência de redução das taxas passivas, enquanto as taxas activas se mantiveram constantes.

Evolução das taxas de juro médias

	Dez. 1998	Dez. 1999	Dez. 2000
Redesconto	10,0	8,5	8,5
Empréstimos			
De 91 a 180 dias	12,4	12,4	12,4
De 181 dias a 1 ano	12,8	12,7	12,7
Superior a 10 anos	13,6	13,4	13,0
Depósitos a prazo de 181 dias a 1 ano	7,9	7,4	6,8
Depósitos a Prazo de Emigrantes, a 1 ano	9,5	9,5	9,6
Bilhetes do Tesouro			
91 dias	7,2	7,2	7,2
182 dias	7,8	7,8	8,4

Fonte: Banco de Cabo Verde

Durante o ano passado, deram-se passos significativos na modernização dos sistemas de pagamentos, com a instalação de mais 8 Caixas Automáticas (ATM's), perfazendo um total de 20, distribuídos por 4 ilhas, tendo-se iniciado, no 2.º trimestre de 2000, a sua utilização pelo público, finda a fase de exploração piloto.

Nesse sentido, foram distribuídos alguns milhares de cartões Rede Vinti4, alcançando-se, no final do ano, um total de 15.127 cartões, que efectuaram mais de 70 mil operações, em que os levantamentos alcançaram o montante aproximado de 540 mil contos.

Em Novembro de 2000, foram colocados 8 Terminais de Pagamento Automático (POS), em regime experimental, sendo indicados dois por cada banco.

Nesse sentido, assumiram-se como prioritárias para a concretização dos objectivos, as 8 orientações estratégicas abaixo referidas, que nortearam a actividade da CECV em 2000 e que vigorarão nos próximos anos:

1. Incremento do esforço comercial e de *marketing* para melhoria da penetração no mercado cabo-verdiano, em geral, e no mercado da cidade da Praia, em particular, através da abertura de novas agências, dinamização das delegações da CECV nos Correios e maior relação com os clientes actuais e potenciais;
2. Desenvolvimento dum plano concertado na captação de poupanças de todos os segmentos de mercado, em geral, e no dos emigrantes, em especial;
3. Criação de novos produtos e serviços, quer de captação de poupanças, quer de crédito;
4. Esforço geral de *marketing* para melhoria do posicionamento da Caixa, dando corpo à sua nova imagem;
5. Desenvolvimento de uma cultura orientada para o cliente e para a qualidade total, nomeadamente através de um aumento da formação dos trabalhadores;
6. Maior dinamismo no acompanhamento do crédito concedido e na recuperação do crédito vencido;
7. Reestruturação orgânica, racionalização de serviços e reforço do controlo de gestão;
8. Internacionalização da CECV, com melhoria do seu posicionamento junto da diáspora em Portugal, por via do lançamento de um serviço de transferências entre contas do Montepio Geral e da CECV e, noutros países, através da abertura de escritórios de representação.

Da forma como foram executadas estas orientações estratégicas se dará conta ao longo deste Relatório, ficando-se com a nítida sensação de que, apesar do muito que já se fez, muito haverá, ainda, para fazer.

1.3. PRINCIPAIS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Destaca-se, no ano 2000, a regularização do pagamento da dívida do Estado para com a CECV. Com efeito, celebrou-se, em Novembro de 2000, entre o Ministério das Finanças e a CECV, um protocolo para efeito da consolidação e regularização das dívidas do Estado à CECV.

No âmbito do novo dinamismo que se quer incutir na Instituição, foi aprovada uma nova imagem institucional da CECV, traduzida num novo logotipo e em novas cores, que reflectem uma imagem de tradição e de modernidade.

Em 18 de Dezembro, iniciou-se a segunda fase de privatização da CECV, com a alienação de 54.800 acções pertencentes ao Estado. Este grupo de acções ordinárias, ao portador, representativas de, aproximadamente, 16% do capital social

2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE

A Caixa Económica manteve, no ano 2000, um ritmo de crescimento acelerado das suas actividades, o que contribuiu para um bom desempenho, quer em termos económicos, quer financeiros.

Em consequência da concorrência, manteve-se, no ano 2000, a tendência, já iniciada em 1999, de pressão para a descida das taxas de juro das operações activas. Assim, apurou-se uma diminuição do rácio de Juros recebidos/Activos remunerados em cerca de 1,4%, para o que contribuiu, significativamente, a redução da taxa de juro da dívida do Estado e a concentração do acréscimo de crédito no último trimestre do ano.

O Resultado Líquido elevou-se a 209.864 contos, o que representa um crescimento de 23,5%, em relação ao ano anterior, resultante da dinâmica verificada a nível do crédito, da regularização da dívida do Estado e do crescimento das comissões recebidas, com destaque para as operações cambiais e das operações da *Western Union*.

No âmbito da estratégia de aproximação ao cliente, a rede comercial foi ampliada com a abertura de uma Agência em Santa Maria, na ilha do Sal, vocacionada para as operações cambiais.

Foram simultaneamente introduzidas melhorias noutras Agências, com o objectivo de beneficiar as condições de funcionamento e atendimento.

Ao mesmo tempo, deu-se uma atenção especial aos contactos directos com os clientes, quer através dos gerentes, quer dos membros da Comissão Executiva.

O Activo Líquido total atingiu o valor de 9.671.419 contos, o que reflecte um crescimento assinalável de 23,3%, contra os 18,4% registados no ano anterior.

As Disponibilidades da Instituição, no valor de 1.826.770 contos, apresentam uma ligeira diminuição, na ordem dos 5,5%, em relação ao ano anterior.

De referir que o rácio de liquidez passou de 51,7%, em 1999, para 42,7%, em 2000, o que levou a Instituição a recorrer, no final do ano, às facilidades de cedência de liquidez de curto prazo, disponibilizadas pelo Banco Central.

Esta diminuição da liquidez está relacionada com o forte crescimento registado no crédito.

De assinalar, neste particular, que o Banco Central fixou, no final de 2000, a taxa de cedência de liquidez em 9,5%, superior em 1 ponto percentual à taxa de redesconto, em vigor.

O Crédito sobre Clientes evidenciou um crescimento significativo, tendo atingido, no final do ano, 6.159.361 contos, ou seja, um incremento de 1.807.923 contos (+41,5%).

O Crédito Vencido, em Dezembro de 2000, representava 6,9% do Crédito Total, contra os 7,6% de 1999. Esta diminuição deveu-se, em parte, a um esforço desenvolvido pelos serviços, na recuperação do crédito em situação de mora, mas sobretudo pelo crédito concedido ter apresentado um crescimento superior ao do crédito vencido.

3. ACTIVIDADE BANCÁRIA

3.1. DEPÓSITOS E CONTAS-TÍTULOS

O volume de Depósitos atingiu 7.008.193 contos, o que traduz um incremento de 1.737.632 contos (+33%), superior ao do ano precedente, que foi apenas de 737.105 contos (+16,3%).

Este aumento de ritmo de crescimento dos depósitos traduz uma maior implantação da CECV no mercado, fruto da sua imagem e da sua capacidade de intervenção.

Com efeito, no ano de 2000, foram constituídas 7.766 novas contas, elevando para cerca de 57.700 o número global de contas de Depósito à Ordem.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS E CONTAS-TÍTULOS POR NATUREZA

Designação	2000		1999		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos à Ordem	3.866.918	51,1	3.194.140	54,1	672.778	21,1
- Moeda Local	3.765.783	49,8	3.000.456	50,8	765.327	25,5
- Em Divisas	101.135	1,3	193.684	3,3	-92.549	-48,1
Depósitos a Prazo	3.141.275	41,5	2.076.421	35,2	1.064.854	51,3
- Moeda Local	3.078.290	40,7	1.860.668	31,5	1.217.622	65,4
- Em Divisas	62.985	0,8	215.753	3,7	-152.768	-70,1
Depósitos Totais	7.008.193	92,6	5.270.561	89,3	1.737.632	33,0
Contas-Títulos	559.035	7,4	631.353	10,7	-72.318	-11,5
Total	7.567.228	100,0	5.901.914	100,0	1.665.314	28,2

De realçar o forte incremento registado nos Depósitos a Prazo, que cresceram 1.064.854 contos (+51,3%), em comparação com o acréscimo de 672.778 contos verificado nos Depósitos à Ordem (+21,1%).

Na composição dos Depósitos Totais, os Depósitos à Ordem viram o seu peso diminuir ligeiramente de 60,6%, em 1999, para 55,2%, no ano findo, enquanto que o peso dos Depósitos a Prazo aumentou de 39,4% para 44,8%, dando assim maior estabilidade aos fundos captados.

A nível dos Depósitos em divisas, regista-se um decréscimo na ordem dos 245.317 contos, devido à redução do fluxo de caixa de alguns clientes institucionais.

O total dos recursos representados por Depósitos e Contas-Títulos atingiu 7.567.228 contos, evidenciando um acréscimo de 1.665.314 contos, face ao ano anterior, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 28,2%.

Apesar das colocações no mercado secundário terem aumentado em cerca de 42%, o saldo das Contas-Títulos, no final do ano, registou uma redução de 72.318 contos (-11,5%), em relação aos valores de 1999. Esta redução tem a ver com a data de maturidade dos títulos.

Em 2000, os contratos de crédito realizados ascenderam a 2.262.473 contos, evidenciando um aumento de 1.230.573 contos, face ao valor de 1999, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 119,3%.

De referir que as novas operações de crédito se dirigiram sobretudo ao Crédito à Habitação (38,5% do total) e ao Crédito ao Investimento (33,8% do total), reflexo, neste caso, do dinamismo da CECV na captação de clientes Empresas.

Na distribuição do crédito concedido por Agências, sobressai a sua concentração nas Agências da Praia e do Mindelo, num total de 1.820.000 contos, ou seja, 80,5% do conjunto das novas operações concedidas em 2000.

À semelhança do exercício anterior, o ano de 2000 foi favorável à actividade bancária, pelo que, em 31 de Dezembro de 2000, o saldo da carteira de Crédito Bruto sobre Clientes atingiu o montante de 6.159.361 contos, apresentando um acréscimo anual de 1.807.923 contos (+41,5%), superior ao do ano precedente, que foi apenas de 668.205 contos (+18,1%).

No Crédito a Clientes observou-se uma evolução muito significativa, quer no Crédito a Empresas e ao Sector Público Administrativo (SPA), que evidenciaram taxas de crescimento de 53,8% e 70,5%, respectivamente, quer no Crédito a Particulares, que registou um acréscimo de 32,4% (18,5%, em 1999).

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO BRUTO POR TIPO DE CLIENTES E FINALIDADE

Designação	2000		1999		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Particulares						
- Habitação	2.672.290	43,4	2.023.245	46,5	649.045	32,1
- Outros fins	987.894	16,0	740.336	17,0	247.558	33,4
Total 1.	3.660.184	59,4	2.763.581	63,5	896.603	32,4
2. Empresas						
- Investimento e Construção	1.278.759	20,8	984.026	22,6	294.733	30,0
- Tesouraria	636.361	10,3	261.232	6,0	375.149	143,6
Total 2.	1.915.120	31,1	1.245.258	28,6	669.862	53,8
3. SPA	584.057	9,5	342.599	7,9	241.458	70,5
Total do Crédito Bruto	6.159.361	100,0	4.351.438	100,0	1.807.923	41,5
Crédito e Juros Vencidos	426.895		329.422		97.473	29,6
Total do Crédito Normal	5.732.466		4.022.016		1.710.450	42,5

O Crédito a Particulares, que se situou em 3.660.184 contos, evidenciou um aumento de 896.603 contos (+32,4%), com destaque para o crédito à Habitação (+32,1%), que representa 73% do total de crédito a Particulares e 43,4% do saldo total de crédito.

No conjunto do Crédito a Empresas, importa realçar o crédito ao Investimento e Construção e o Crédito à Tesouraria, que apresentam taxas de crescimento de 30,0% e 143,6 %, respectivamente.

Esta evolução traduziu-se no aumento de contratos celebrados, atingindo um total de 383 empréstimos, no valor de 870.696 contos, representando um crescimento de, respectivamente, +96% e +120,1%, comparativamente ao ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO NOVO À HABITAÇÃO POR AGÊNCIAS

Agências	(contos)	
	Contratos	
	Número	Valor
Praia	147	408.900
São Vicente	125	282.760
Sal	63	105.691
Ribeira Grande	43	56.550
Santa Catarina	4	16.795
Total	383	870.696

As Agências da Praia e do Mindelo (São Vicente) concentram a maior parcela (cerca de 80%), de crédito novo concedido para aquisição de habitação.

3.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A nível do Mercado de Capitais, registou-se uma subida da taxa de juros no mercado primário de títulos de tesouro, em relação a 1999. Com efeito, depois da descida das taxas de juro verificada em 1999, na sequência da conversão das Obrigações do Tesouro em TCMF (Títulos Consolidados de Mobilização Financeira), com taxas de juro na ordem dos 4 a 5%, em 2000, as taxas de juro conheceram uma subida significativa, atingindo níveis muito superiores aos de 1998 e 1999.

Assinale-se, ainda, a reconversão, em Dezembro de 2000, dos TCMF em Obrigações do Tesouro, no montante de 135.000 contos, a taxas de juro muito superiores às dos TCMF, o que permitirá aumentar os rendimentos previstos para estes activos financeiros, a partir de 2001.

Relativamente à dívida pública de curto prazo, a CECV adquiriu, em 2000, Bilhetes do Tesouro no valor de 2.633.333 contos, contra 1.898.265 contos, no ano anterior. Deste modo, durante o ano de 2000, a CECV manteve, dentro das suas disponibilidades, uma actuação no Mercado de Capitais, participando em diversas emissões de Bilhetes do Tesouro, de acordo com a seguinte distribuição de prazos e de taxas médias:

Prazo	Montante (contos)	Taxa média CECV	Taxa média BCV
91 dias	860.000	8,8210	8,3113
181 dias	1.263.333	9,0167	8,7324
365 dias	510.000	9,6887	9,5576
Total	2.633.333	-	-

4. GESTÃO DOS MEIOS

No que diz respeito à gestão dos meios, a política seguida foi a de dotar a Instituição dos recursos humanos e técnicos indispensáveis à prossecução dos seus objectivos estratégicos.

4.1. RECURSOS HUMANOS

4.1.1. Gestão do Pessoal

Um dos factores críticos de sucesso e chave de vantagem competitiva das organizações é a qualidade dos seus Recursos Humanos. Consciente desta verdade, a CECV tem vindo a melhorar a qualidade e a estrutura do seu quadro de pessoal.

Assim, e em função das necessidades estruturais, foram admitidos 6 novos trabalhadores, elevando o número de efectivos para 105 unidades, sendo de referir que 35% dos trabalhadores possuem cursos médios ou superiores e que a média etária dos trabalhadores se situou nos 36 anos, o que permite afirmar que a CECV dispõe de uma população de trabalhadores relativamente jovem e com potencialidades de desenvolvimento.

No ano de 2000, a CECV manteve a sua política de ajustamento salarial em consonância com as indicações do Governo para a Função Pública e em articulação com as outras Instituições de Crédito.

Procedeu-se, ainda, ao reajustamento de alguns benefícios aos trabalhadores, a nível das funções, por forma a equipará-los com o que é praticado na concorrência.

Deu-se, também, início à revisão de todas as normas e regulamentos internos referentes a assuntos de pessoal, com vista à elaboração de um documento único, o "Estatuto do Pessoal", documento este que regulará todos os direitos e obrigações dos trabalhadores da Instituição.

Por forma a assegurar um nível satisfatório de interesse e motivação dos trabalhadores, foram instituídos encontros periódicos de coordenação, com o objectivo de discutir o desenvolvimento das actividades da Instituição.

Simultaneamente, foram realizados encontros com os trabalhadores para informação do desenvolvimento da Instituição.

No âmbito da 2ª fase de privatização da CECV, foi criada, para os seus trabalhadores, uma linha de crédito especial, para lhes facilitar a aquisição das acções que lhes foram destinadas.

De referir que, no âmbito do Regulamento Interno, em vigor desde 1996, e conforme as disposições do mesmo, foram efectuadas, em 2000, vinte e três promoções na carreira, por antiguidade, beneficiando 22% dos trabalhadores.

quais passarão a funcionar em *on-line* com a CECV. Este processo ficará concluído no 1º semestre de 2001.

4.3. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

4.3.1. Organização Interna

Durante o ano de 2000, estabeleceram-se novas formas de organização e de funcionamento interno, tendo como princípios orientadores a valorização do papel da Agência, como célula base da relação com os clientes, e a melhoria do funcionamento dos serviços centrais, clarificando as suas atribuições e as relações internas.

Assim, aumentou-se a capacidade de decisão das operações de crédito, ao nível das Agências da Praia, criou-se um Gabinete de Análise de Crédito e extinguiu-se a anterior Direcção Comercial, cabendo, a partir daquele momento, a função desta aos Administradores Executivos. Nesse sentido, o acompanhamento das agências, por ilhas, foi distribuído por dois membros da Comissão Executiva.

Ao mesmo tempo, autonomizou-se o Gabinete de Assuntos Jurídicos, que passou a depender directamente do Conselho de Administração.

Por fim, integraram-se os Serviços de Crédito à Habitação e à Economia na orgânica e funcionamento das Agências da Praia, numa tentativa de clarificar a distinção entre serviços centrais e rede comercial.

4.3.2. Rede Comercial

A rede de Agências foi alargada, com a abertura de uma Agência em Santa Maria, na ilha do Sal. No final de 2000, o total de Agências era de sete, ficando assim distribuídas: Praia (2), Assomada, Espargos, Santa Maria, Mindelo e Ribeira Grande (Santo Antão).

A Agência de Praia-Achada de Santo António foi transferida para novas instalações, com um espaço adequado para o seu funcionamento e com uma área para atendimento a empresas.

Foram, ainda, efectuadas algumas remodelações em outras Agências, por forma a melhorar as condições de funcionamento e de atendimento do público. Ao mesmo tempo, passou-se a dar prioridade aos contactos directos com clientes.

Por forma a agilizar o processo de decisão de crédito, todas as Agências foram equiparadas, em termos de autonomia e capacidade de efectuar operações activas.

Dada a grande concentração de clientes e de actividade económica na cidade da Praia, alugou-se um espaço na Av. Amílcar Cabral, no Plateau, para a instalação de uma nova Agência, por forma a melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes desta cidade.

Ao mesmo tempo, adquiriu-se um espaço na zona do Monte Sossego, em Mindelo, para instalação de uma nova agência.

7. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

7.1. RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício foi de 209.864 contos, o que representou um acréscimo de 23,5%, em relação ao ano anterior. Apresenta-se, no quadro seguinte, a sua evolução por margens, assim como outros agregados financeiros intermédios:

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS POR MARGENS

(milhares de contos)

Designação	2000		1999		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros e Proveitos Equiparados	681,8		565,7		116,1	20,5
Juros e Custos Equiparados	301,6		222,2		79,4	35,7
MARGEM FINANCEIRA	380,2	71,4	343,5	81,1	36,7	10,7
Rendimento de Títulos	5,3	1,0			5,3	
Comissões Líquidas	112,6	21,2	72,3	17,1	40,3	55,7
Lucros Líq. Oper. Financ.e Cambiais	16,0	3,0	-4,1	-1,0	20,1	
Outros Proveitos Líquidos de Exploração	18,2	3,4	11,7	2,8	6,5	55,6
PRODUTO BANCÁRIO	532,3	100,0	423,4	100,0	108,9	25,7
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	235,0	44,1	176,5	41,7	58,5	33,1
Custos com Pessoal	128,0	24,0	103,2	24,4	24,8	24,0
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	107,0	20,1	73,3	17,3	33,7	46,0
MEIOS LIBERTOS DE EXPLORAÇÃO	297,3	55,9	247,0	58,3	50,4	20,4
Amortizações	36,4		28,8		7,6	26,4
Provisões Líquidas	73,7		24,1		49,6	205,8
RESULTADO DA EXPLORAÇÃO	187,2		194,1		-6,9	-3,6
Ganhos e Perdas Extraordinários	63,4		21,6		41,8	193,5
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IMPOSTOS	250,6		215,7		34,9	16,2
Impostos sobre Lucros	40,7		45,8		-5,1	-11,1
RESULTADO DO EXERCÍCIO	209,9		169,9		40,0	23,5
CASH FLOW DO EXERCÍCIO	319,9		222,8		97,1	43,6

O *Cash Flow* do Exercício ascendeu a 319,9 milhares de contos, apresentando um acréscimo de 97,1 milhares de contos, em relação ao ano anterior, a que corresponde + 43,6%.

O Produto Bancário atingiu o valor de 532,3 milhares de contos, que traduz uma variação de +25,7%, em relação ao ano anterior, em virtude dos crescimentos da Margem Financeira e das Comissões Líquidas, de 10,7% e 55,7%, respectivamente.

O significativo acréscimo do Produto Bancário reflecte, essencialmente, a evolução favorável do volume de negócios, fruto da dinâmica comercial imprimida no ano findo.

A Margem Financeira ascendeu a 380,2 milhares de contos, registando um incremento de 36,7 milhares de contos, em relação ao ano anterior. Esta evolução favorável resultou, fundamentalmente, do aumento dos juros e proveitos equiparados (+20,5%), devido, em termos significativos, ao crescimento da

dos equipamentos e aplicações informáticos e dos imóveis para novas agências, reflectindo os investimentos realizados naquelas áreas e, sobretudo, os que se encontram em curso.

As Provisões Líquidas do exercício atingiram o montante de 73,7 milhares de contos, o que representou um acréscimo de 205,8%, em relação a 1999. Este aumento, tão volumoso, deve-se à alteração, em meados de 1999, do método de contabilização do Crédito e Juros Vencidos, que originou, no exercício do ano anterior, uma anulação significativa de provisões.

A evolução dos rácios de crédito e juros vencidos e dos rácios de provisionamento, nos dois últimos anos, foi a seguinte:

Designação	(milhares de contos)	
	2000	1999
Crédito e Juros Vencidos	426,9	329,4
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	316,9	265,6
Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total	6,9%	7,6%
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	74,2%	80,6%

A redução da cobertura do crédito e juros vencidos por provisões, de 80,6%, em 1999, para 74,2%, em 2000, é devida ao aumento do Crédito e Juros Vencidos em 97,5 milhares de contos, em relação ao ano de 1999, ter sido superior ao aumento das Provisões para Crédito e Juros Vencidos (+51,3 mil contos).

7.4. GANHOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

Os Ganhos e Perdas Extraordinários registaram, no exercício de 2000, um valor líquido positivo de 63,4 milhares de contos, mais 41,8 milhares de contos do que em 1999, por virtude, sobretudo, da regularização da dívida do Estado existente em 31 de Dezembro de 1999, bem como da arrumação do saldo de contas ligadas à operação da 1ª fase da privatização.

7.5. RECURSOS PRÓPRIOS E RÁCIOS PRUDENCIAIS

Os Recursos Próprios da CECV, constituídos pela soma das parcelas do Capital, Reservas e Resultados do Exercício, atingiram 1.116,4 milhares de contos, no final de 2000, sendo superiores em 104,2 milhares de contos ao observado em 1999, a que corresponde a um acréscimo de 10,3%. Este aumento resultou da aplicação dos resultados do exercício de 1999 em Reservas e do acréscimo dos resultados alcançados em 2000.

Os Fundos Próprios Elegíveis da CECV, calculados de acordo com a legislação aplicável para a determinação do Rácio de Solvabilidade, ascenderam a 887 milhares de contos, tendo crescido 8,6%, em relação ao período anterior.

O Rácio de Solvabilidade, no final do ano de 2000, fixou-se em 19,0%, contra os 21% alcançados no ano anterior, por virtude do avultado acréscimo verificado no crédito concedido a clientes, que excedeu largamente o registado pelos Fundos Próprios. Apesar da redução apurada, o seu valor é substancialmente superior ao mínimo requerido pelo Banco Central (10%), assim como ao valor exigido internacionalmente, o do rácio Cooke (8%).

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o Resultado Líquido referente ao exercício de 2000 foi de 209.863.516\$00;

Considerando que os objectivos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento da CECV e os respectivos investimentos necessários para o alargamento e remodelação da rede comercial da Instituição exigem níveis elevados de auto financiamento;

Considerando a necessidade de preservar um nível satisfatório do rácio de solvabilidade, o qual terá de suportar os acréscimos de crédito por que se traduzirá o desenvolvimento da CECV;

O Conselho de Administração, contando com a compreensão e o apoio activo dos Accionistas, propõe a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Para Reserva Legal	20.986.351\$60
Para Reserva Especial	69.117.164\$40
Para Distribuição de Dividendos (320 CVE por acção)	111.360.000\$00
Para Participação dos Trabalhadores nos Lucros	8.400.000\$00

Total	209.863.516\$00
-------	-----------------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO	2000	1999
1. Débitos para com instituições de crédito	572.658	607.101
a) À vista	46.260	93.583
b) A prazo ou com pré-aviso	526.399	513.518
2. Débito para com clientes	7.588.504	5.931.479
a) Depósitos de poupança	1.241.647	968.662
b) Outros depósitos	5.619.677	4.182.743
ba) À vista	2.570.012	2.131.895
bb) A prazo	3.040.665	2.050.848
c) Outros débitos	727.180	780.074
3. Débitos representados por títulos	0	0
4. Outros passivos	47.532	65.675
5. Contas de regularização	254.141	158.537
6. Provisões para riscos e encargos	87.632	65.629
a) Provisões para pensões e encargos similares	0	0
b) Outras provisões	87.632	65.629
6A. Fundo para riscos bancários gerais	4.552	4.135
9. Capital subscrito	348.000	348.000
11. Reservas	558.537	494.305
12. Reservas de reavaliação	0	0
13. Resultados transitados	0	0
14. Lucro do exercício	209.864	169.876
TOTAL DO PASSIVO	9.671.419	7.844.737

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alberto José dos Santos Ramalheira - Presidente

Corsino António Fortes

Elisabeth Maria F. Carvalho Silva

Marcelino Coelho Fonseca Monteiro

António Carlos Moreira Semedo

José Alberto Pitacas

Adalgisa Barbosa Vaz

CRÉDITO	2000	1999
B. PROVEITOS		
1. Juros e proveitos equiparados	681.838	565.69
Dos quais:		
(títulos de rendimento fixo)	97.059	86.24
2. Rendimentos de títulos	5.252	
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos		
de rendimento variável	5.252	
b) Rendimento de participações	0	
c) Rendimento de partes de capital em emp. coligadas	0	
3. Comissões	117.537	75.07
4. Lucros em operações financeiras	59.162	25.68
5. Reposições e anulações respeitantes a correcções		
de valor relativas a crédito e provisões para		
passivos eventuais	206.292	306.87
6. Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor		
relativas a valores mobiliários que tenham carácter		
de imobilizações financeiras, participações e as partes		
de capital em empresas coligadas	0	
7. Outros proveitos de exploração	21.053	14.28
8. Resultado da actividade corrente	0	
9. Ganhos extraordinários	70.893	23.05
11. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	0	
TOTAL	1.162.028	1.010.66

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alberto José dos Santos Ramalheira - Presidente

Córsino António Fortes

Elisabeth Maria F. Carvalho Silva

Marcelino Coelho Fonseca Monteiro

António Carlos Moreira Semedo

José Alberto Pitucas

Adalgisa Barbosa Vaz

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

BDO Binder & Co.

PARECER

Exmo. Conselho de Administração da
Caixa Económica de Cabo Verde, SARL
Praia

1. Examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2000 da Caixa Económica de Cabo Verde, SARL (adiante designada por CECV ou Caixa) e a Demonstração de Resultados referente ao exercício findo naquela data, que evidenciam um activo líquido de 9 671 418 contos e um resultado do exercício de 209 864 contos, bem como as correspondentes Notas Explicativas, cuja elaboração é da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre as referidas Demonstrações Financeiras com base na auditoria que realizámos. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em contos caboverdianos correspondendo um conto a um milhar de escudos caboverdianos (CVE).

2. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se as Demonstrações Financeiras contêm ou não erros ou omissões significativas. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores e das informações constantes das Demonstrações Financeiras. Inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas mais significativas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consideradas na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas, lidas com as notas explicativas que as acompanham, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, SARL, em 31 de Dezembro de 2000, bem como o resultado das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Cabo Verde.

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salienta-se que, na sequência de um acordo celebrado com o Estado em Novembro de 2000, através do qual o Estado se reconheceu devedor de dívidas no valor de cerca de 795 924 contos, a Caixa procedeu ao registo como resultados extraordinários de cerca de 52 000 contos, respeitantes a juros sobre os montantes em dívida do Estado, que não estavam a ser reconhecidos como proveitos, por falta de pagamento.

Praia, 13 de Março de 2001

I - PARECER

Exmo. Conselho de Administração da
Caixa Económica de Cabo Verde, SARL - Praia

1. Examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2000 da Caixa Económica de Cabo Verde, SARL (adiante designada por CECV ou Caixa) e a Demonstração de Resultados referente ao exercício findo naquela data, que evidenciam um activo líquido de 9 671 418 contos e um resultado do exercício de 209 864 contos, bem como as correspondentes Notas Explicativas, cuja elaboração é da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre as referidas Demonstrações Financeiras com base na auditoria que realizámos. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em contos caboverdianos correspondendo um conto a um milhar de escudos caboverdianos (CVE).
2. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se as Demonstrações Financeiras contêm ou não erros ou omissões significativas. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores e das informações constantes das Demonstrações Financeiras. Inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas mais significativas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consideradas na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas, lidas com as notas explicativas que as acompanham, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, SARL, em 31 de Dezembro de 2000, bem como o resultado das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Cabo Verde.
4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salienta-se que, na sequência de um acordo celebrado com o Estado em Novembro de 2000, através do qual o Estado se reconheceu devedor de dívidas no valor de cerca de 795 924 contos, a Caixa procedeu ao registo como resultados extraordinários de cerca de 52 000 contos, respeitantes a juros sobre os montantes em dívida do Estado, que não estavam a ser reconhecidos como proveitos, por falta de pagamento.

BDO Bousler & Co

Praia, 13 de Março de 2001

Balanços em 31 de Dezembro de 2000 e de 1999

(Expressos em milhares de escudos caboverdianos)

PASSIVO	NOTA	2000	1999
Débitos para com instituições de crédito	12		
À vista		46 260	93 583
A prazo		526 399	513 518
		572 659	607 101
Débitos para com clientes	13		
Depósitos de poupança		1 241 647	968 662
À vista		2 570 012	2 131
A prazo		3 040 665	2 050
Outros débitos		727 180	780 074
		7 579 504	5 931 479
Outros passivos	14	47 532	65 676
Contas de regularização	11	254 141	158 536
Provisões para riscos e encargos	15	87 532	65 629
Fundo para riscos bancários gerais	16	4 552	4 135
Capital subscrito	1	348 000	348 000
Reservas	17	558 537	494 305
Resultados transitados		-	-
Lucro do exercício		209 864	169 876
TOTAL DO PASSIVO		9 671 419	7 844 737

As notas explicativas de 1 a 26 fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

III - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 (Expressas em milhares de escudos caboverdianos)

Nota 1 - Aspectos gerais

A Caixa Económica de Cabo Verde, SARL (adiante designada por CECV ou Caixa), foi transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93, de 31 de Agosto, sucedendo à Caixa Económica de Cabo Verde, EP. De acordo com aquele diploma, a CECV rege-se pelos seus estatutos, pelas normas que regulam as sociedades anónimas e ainda por normas gerais e especiais aplicáveis às instituições de crédito.

O Capital da Caixa é de 348 000 contos, subscrito da seguinte forma, em 31 de Dezembro de 1999:

Agrupamento:	
Caixa Económica Montepio Geral	91 031
ÍMPAR-Companhia Caboverdiana de Seguros	36 456
Empresários e Quadros Nacionais	11 713
	<hr/>
	139 200
INPS	101 840
Estado	54 800
CTT	52 160
	<hr/>
	348 000

Em Novembro de 1999 o Estado de Cabo Verde alienou 139 200 acções a um Agrupamento que é composto pela Caixa Económica Montepio Geral, pela ÍMPAR-Companhia Caboverdiana de Seguros e por 51 empresários e quadros nacionais, na sequência do processo que visou a privatização da CECV.

Ainda na sequência daquele processo de privatização, o Estado subscreveu, em 1999, o capital (48 000 acções) que se encontrava reservado para ser subscrito por Privados Nacionais. Esta subscrição, que foi autorizada pela Assembleia Geral de 14 de Janeiro de 1999, foi efectuada ao valor nominal, apesar de aquela ter fixado como valor mínimo por acção o montante de ECV 1 500.

O Capital encontra-se representado por trezentas e quarenta e oito mil acções, com o valor nominal de 1 000\$00 cada, podendo ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral.

As classes de riscos têm em consideração os seguintes períodos após o vencimentos:

Classe I	- Até 3 meses
Classe II	- De 3 a 6 meses
Classe III	- De 6 meses a 1 ano
Classe IV	- De 1 ano a 3 anos
Classe V	- Mais de 3 anos

As provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1,5% do crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e avales, mas excluindo o crédito vencido.

O limite para classificação do crédito como grande risco é de 88 229 contos, sendo o limite a uma só entidade de 220 573 contos. Em 31 de Dezembro de 2000, existia uma situação de crédito considerado de grande risco, que ultrapassava o limite a uma só entidade (cerca de 333 000 contos), mas que se encontrava isenta e devidamente autorizada pelo Banco de Cabo Verde.

2.3 Participações Financeiras

As participações são valorizadas ao custo de aquisição.

2.4 Imóveis e equipamento

O imobilizado encontra-se registado ao custo de aquisição. As amortizações para os imóveis e equipamentos foram calculadas com base na Portaria nº 3/84. Ao equipamento informático é aplicada a taxa específica de 20%.

2.5 Juros e Comissões

Os juros e as comissões sobre o crédito concedido e os juros de depósitos de clientes são contabilizados no período a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento.

A rubrica Depósitos no estrangeiro releva o contravalor dos depósitos em moeda estrangeira constituídos em correspondentes estrangeiros, os quais apresentam a seguinte decomposição:

	2000	1999
Commerzbank	48 986	9 106
Montepio Geral	31 916	13 271
ABN Amro Bank	21 529	10 994
Cassa Risparmio delle Provincie Lombarde	19 970	11 321
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	13 558	294 546
Banque Nationale de Paris	8 113	15 542
Midland Bank, PLC	5 318	13 714
Banco Central Hispano	5 102	904
American Express Bank	4 833	5 120
Caixa Geral de Depósitos	3 862	415
Skandinaviska Enskilda Banken	2 749	1 411
Banco Espírito Santo	2 506	795
Den Danske Bank	2 465	152
Credit Suisse	(4 560)	6 959
Banco Fonsecas & Burnay	(5 848)	832
	<u>160 499</u>	<u>385 082</u>

Os depósitos à ordem em moeda estrangeira encontram-se valorizados ao câmbio médio de divisas do último dia útil do exercício.

As rubricas Cheques a cobrar, relevam o montante existente em cheques sobre outras instituições, em 31 de Dezembro de 2000.

A situação do crédito e juros vencidos, por classes de risco, é a seguinte:

	Normal	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	TOTAL
Habitação	2 313	8 787	1 278	4 948	7 496	10 259	2 346
	534						302
Comercial	472	10 392	29 572	16 641	22 743	52 207	604
	817						372
Pessoal	224	2 120	1 401	1 242	7 392	26 834	263
	555						544
Investimento	1 643	1 280	5 067	10 365	71 851	10 038	1 742
	765						366
Outros	-	-	-	-	-	12 167	12 167
C/c caucionada	659	-	-	-	-	-	659
	925						925
Juros vencidos	-	3 242	6 909	12 204	64 063	26 396	112
							814
Descobertos	417	-	-	-	-	-	417
	871						871
	5 732	25 821	44 227	45 400	173 545	137	6 159
	467					901	361

Os créditos vencidos não englobam as prestações vincendas dos créditos vencidos.

A situação Normal inclui os créditos não vencidos e os créditos vencidos há menos de um mês. Esta situação encontra-se relacionada com o facto de haver muitos empréstimos cuja cobrança é efectuada através de desconto no vencimento do mutuário, pelo que é a entidade empregadora que efectua a entrega daqueles descontos à Caixa. Assim, dado que o processo de entrega daquelas verbas por parte das empresas e instituições não é imediato, como medida cautelar de apresentação das contas, a Caixa entendeu considerar os créditos vencidos há menos de um mês como crédito normal, o que, aliás, é permitido pelo Plano de Contas do Sistema Bancário Caboverdiano.

Atendendo ao tipo de garantia, o valor das provisões para cobranças duvidosas é de 316 900 contos, calculados em função das classes de risco e respectivas taxas indicadas na Nota 2.

Nota 8 - Imobilizações incorpóreas

A evolução desta rubrica durante o exercício de 2000 resume-se da seguinte forma:

	1 JAN 00	Adições	Regulariz.	31 DEZ 00
Valor bruto				
Sistema de trat. autom. de dados	27 337	1 381	-	28 718
Despesas de instalação	2 394	4 756	-	7 150
Custos plurianuais	-	2 695	-	2 695
Despesas edifícios arrendados	1 225	894	-	2 119
Em curso	3 386	7 900	-	11 286
	<u>34 342</u>	<u>17 626</u>	<u>-</u>	<u>51 968</u>
	1 JAN 00	Adições	Regulariz.	31 DEZ 00
Amortizações Acumuladas				
Sistema de trat. autom. de dados	(21 355)	(2 882)	-	(24 237)
Despesas de instalação	(866)	(1 248)	-	(2 114)
Custos plurianuais		(898)	-	(898)
Despesas edifícios arrendados	(301)	(192)	-	(493)
	<u>(22 522)</u>	<u>(5 220)</u>	<u>-</u>	<u>(27 742)</u>
Valor líquido	<u>11 820</u>			<u>24 226</u>

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base numa taxa de amortização anual de 33,33%.

Nota 9 - Imobilizações corpóreas

As principais variações registadas no exercício resumem-se da seguinte forma:

Rubricas:	1 JAN 00	Adições	Transfer. e abates	31 DEZ 00
Imóveis	49 612	6 377	6 735	62 724
Equipamento:				
Mobiliário e material	35 210	4 788	-	39 998
Máquinas e ferramentas	12 203	8 867	(308)	20 762
Equipamento informático	83 062	34 621	25 000	142 683
Instalações interiores	28 340	1 079	-	29 419
Equipamento de segurança	11 474	0	1 700	13 174
Material de transporte	21 679	5 300	-	26 979
	<u>191 968</u>	<u>54 655</u>	<u>26 700</u>	<u>273 015</u>
Património artístico	298	-	-	298

A remuneração destes Títulos é determinada em função dos rendimentos líquidos do International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund, equivalendo a 90% desses rendimentos líquidos. Em 18 de Dezembro de 2000, a Caixa vendeu estes títulos ao Banco de Cabo Verde. A remuneração respeitante ao período de 2000 em que os títulos foram detidos pela Caixa ascendeu a 5 252 contos.

Nota 11 - Contas de regularização

	2000	1999
Activas		
Proveitos a receber	85 612	130 424
Despesas com custos diferidos	10 453	15 424
Outras contas de regularização	25 267	10 204
	<u>121 332</u>	<u>156 052</u>
Passivas		
Custos a pagar	(159 533)	(113 570)
Receitas com proveitos diferidos	(71 098)	(35 105)
Outras contas de regularização	(23 510)	(9 861)
	<u>(254 141)</u>	<u>(158 536)</u>

A rubrica Proveitos a receber representa o valor dos juros especializados à data de 31 de Dezembro de 2000, ou seja, os juros decorridos até ao final do exercício, respeitantes quer a crédito concedido (80 021 contos), quer a Obrigações do Tesouro (339 contos) e a TCMF's (5 252 contos).

A rubrica Despesas com custos diferidos inclui 9 341 contos relativos à especialização de juros dos Bilhetes de Tesouro cedidos a clientes.

A rubrica Custos a pagar inclui: (i) 124 152 contos respeitantes a juros a pagar de depósitos a prazo; (ii) 17 038 contos respeitante à especialização de custos administrativos; (iii) 11 115 contos respeitantes à especialização de remunerações a pagar, nomeadamente subsídio de férias ; (iv) 4 547 contos referentes à especialização de juros do crédito do INPS; (v) 2 588 contos relativos à especialização de juros de empréstimos obtidos no exterior e; (vi) 93 contos referentes à especialização dos custos com empréstimos obtidos junto do BCV.

A rubrica Receitas com proveitos diferidos respeita à especialização de: (i) juros antecipados do crédito concedido de curto prazo (29 550 contos); (ii) juros dos Bilhetes do Tesouro (40 773 contos) e; (iii) comissões sobre garantias prestadas (775 contos).

8,5% a de 1991. Em 31 de Março de 2000, a Caixa procedeu ao pagamento antecipado destas duas linhas de crédito.

O empréstimo da Caisse Française de Developpement (CFD) encontra-se titulado por um contrato de abertura de crédito, celebrado entre aquela entidade e a Caixa em 29 de Dezembro de 1994. De acordo com este contrato o montante do crédito ascende a FRF 5 000 000, reembolsáveis em 10 prestações semestrais e iguais, com início em 31 de Outubro de 1999 e término em 30 de Abril de 2004. Este empréstimo vence juros à taxa de 5%, pagáveis semestralmente, em 30 de Abril e 31 de Outubro de cada ano, existindo ainda uma comissão de imobilização 0,5% ao ano sobre o montante não utilizado, a qual vence nas mesmas datas de vencimento dos juros. Em 31 de Dezembro de 2000, o montante em dívida ascende a FRF 3 500 000.

Esta linha de crédito visa o refinanciamento dos créditos concedidos pela Caixa a mutuários cujos projectos se enquadrem no âmbito da intervenção da CFD em matérias de ajuda a iniciativas produtivas de base.

O empréstimo obtido junto do Skandinaviska Enskilda Banken (SEB), no montante global de USD 2 811 775, visa o financiamento de 50% de um empréstimo concedido pela Caixa a um mutuário caboverdiano, tendo os restantes 50% sido enquadrados na ajuda oficial sueca às propostas de desenvolvimento e, por esse facto, considerados como Reservas (vidé Nota 17). Em 31 de Dezembro de 2000, o montante em dívida ascende a USD 1 405 867.

Este empréstimo vence juros à taxa de 6,65%, acrescida de 0,5% de comissão, pagáveis semestralmente em 30 de Abril e 31 de Outubro, tendo o seu início ocorrido em 31 de Outubro de 1997 e o seu término previsto para 30 de Abril de 2004.

A generalidade dos depósitos a prazo constituídos por instituições financeiras não monetárias são remuneradas à taxa anual de 8,25%.

Nota 13 - Débitos para com clientes

	2000	1999
Depósitos de poupança:		
Particulares - c/ caderneta	1 241 647	968 662
À vista:		
Depósitos à ordem		
Sector Público Administrativo	359 157	453 177

O Imposto industrial refere-se à estimativa do imposto sobre os lucros de 2000 (vidé Nota 22).

Nota 15 - Provisões para riscos e encargos

Esta rubrica releva a provisão para riscos gerais de crédito, a qual corresponde a 1,5% do crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e avales e excluindo o crédito vencido (vidé Nota 5).

Nota 16 - Fundo para riscos bancários gerais

O saldo desta rubrica (4 552 contos), representa uma estimativa de custos a incorrer pela Caixa com os seus consultores jurídicos, referentes a processos judiciais em curso.

Nota 17 - Reservas

	2000	1999
Donativo BITS	246 249	246 249
Reserva p/ riscos s/ financiamentos p/ empresas	167 520	167 520
Reserva legal	75 149	58 161
Reservas livres	50 797	7 553
Fundo de crédito para micro irrigação	15 000	11 000
Fundo GARI	3 822	3 822
	<u>558 537</u>	<u>494 305</u>

A rubrica Donativo BITS, corresponde ao contravalor de USD 2 811 775 e decorre de um contrato de empréstimo obtido pela Caixa junto de Skandinaviska Enskilda Banken, o qual visa o financiamento de um empréstimo a conceder pela Caixa a um mutuário caboverdiano. De acordo com aquele contrato, o Governo sueco, através do BITS Grant, considerou estes contratos abrangidos pela ajuda oficial sueca às propostas de desenvolvimento, tendo assim deliberado financiar o efeito dos mesmos no desenvolvimento económico de Cabo Verde. Desta forma, o montante de USD 2 811 775 reveste a forma de subsídio não reembolsável, tendo sido registado como Reserva.

A rubrica Reserva p/ riscos s/ financiamentos p/ empresas regista um subsídio concedido pela ACDI-Agricultural Cooperative Development International, no montante global de 87 520 contos. Este subsídio foi concedido com vista ao fortalecimento da capacidade da Caixa para conceder créditos a pequenos

Serviços especializados	20 196	17 561
Comunicações	18 764	15 487
Encargos com ATM	17 946	-
Deslocações, estadas e representação	9 848	8 981
Publicidade	9 095	7 598
Rendas e alugueres	6 049	5 811
Água, gás e electricidade	4 615	3 355
Impressos e material de consumo corrente	3 752	4 069
Encargos c/ formação do pessoal	3 421	1 860
Conservação e reparação	2 772	2 090
Material informático	1 810	1 138
Contencioso e notariado	1 724	<u>757</u>
Seguros	1 676	1 197
Combustíveis	1 331	1 252
Outros (saldos < a 1 000 contos em 31 DEZ 2000)	4 025	2 081
	<u>107 024</u>	<u>73 237</u>
	<u>235 002</u>	<u>176 468</u>

Nota 20 - Amortizações do exercício

		2000	1999
De imobilizações incorpóreas	(Nota 8)	5 220	3 211
De imobilizações corpóreas	(Nota 9)	31 164	25 595
		<u>36 384</u>	<u>28 806</u>

Nota 21 - Provisões para crédito vencido e reposição e anulação de provisões

A evolução das provisões, em 2000, foi a seguinte:

	1 JAN 00	Adições	Reposição	31 DEZ 00
Provisão				
Para crédito s/clientes	265 630	257 562	(206 292)	316 900
Para riscos gerais de crédito	65 629	21 903	-	87 532
Para riscos bancários gerais	4 135	515	-	4 552
	<u>335 394</u>	<u>279 980</u>	<u>(206 292)</u>	<u>408 984</u>

Durante o exercício de 2000, a provisão para riscos bancários gerais foi utilizada no montante de 98 contos.

Nota 25 – Ganhos extraordinários

O saldo desta rubrica engloba 70 818 contos referentes a ganhos de exercícios anteriores, dos quais cerca de 52 000 contos respeitam a juros decorrentes do acordo celebrado com o Estado, reportado a 31 de Dezembro de 1999, através do qual o Estado se assumiu como devedor da Caixa de dívidas no valor global de 795 924 contos. O montante assumido, incluía juros respeitantes a exercícios anteriores que a Caixa não registava nas contas, dada a situação de mora em que aquelas dívidas se encontravam, pelo que, com a assinatura do protocolo, foram reconhecidos como proveitos de exercícios anteriores.

Nota 26 - Contas extrapatrimoniais

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Créditos documentários abertos	<u>116 689</u>	<u>12 793</u>
Garantias bancárias prestadas	<u>112 328</u>	<u>48 950</u>